DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 8846/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/2110/2016
PROTOCOLO	: 1661333
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
ORDENADOR (A)	: LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES E OUTROS
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO Nº 224/2015
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
CONTRATADO (A)	: CIRUMED COMÉRCIO LTDA
PROCEDIMENTO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2015
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
VALOR INICIAL	: R$ 62.109,00 (SESSENTA E DOIS MIL, CENTO E NOVE REAIS)

Em análise o Contrato nº 224/2015, oriundo do Pregão Presencial nº 094/2015 e a respectiva execução financeira, tendo como partes o Município de Chapadão do Sul e a empresa Cirumed Comércio Ltda., para a aquisição de material hospitalar destinado ao Fundo Municipal de Saúde do Município.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-18797/2018 (fls. 549 - 556), manifestou-se pela regularidade da formalização do instrumento contratual e da execução financeira, com ressalva quanto ao descumprimento de prazo na remessa de documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, através do parecer PAR-3ªPRC-15400/2018 (fls. 557-559), manifestou-se pela irregularidade da formalização do instrumento contratual e da execução financeira contratual.

É o relatório.

DECISÃO

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento licitatório Pregão Presencial nº 094/2015, o mesmo já foi julgado por esta Corte de Contas através da Deliberação AC01 Nº 350/2018 (proc. TC/MS nº 15611/2015) pela irregularidade e ilegalidade.

O Contrato nº 224/2015 encontra-se de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011, em consonância com as exigências do procedimento licitatório.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3º Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

Notas de Empenho Empenhos emitidos: R$ 65.345,00 Anulação: (-) R$ 51.083,34	R$ 14.261,66
Notas Fiscais	R$ 14.261,66
Notas de Pagamentos	R$ 14.261,66

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[1] e com as determinações contidas na legislação regente[2], no entanto, a remessa dos documentos a esta Corte de Contas foi intempestiva, recomendando-se ao administrador maior atenção quanto aos prazos no envio de documentos a este tribunal.

Ante o exposto, diante da análise da 3ª Inspetoria de Controle Externo e do parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

[1] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[2] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/6 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

I – Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 224/2015, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e a empresa Cirumed Comércio Ltda., nos termos do art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III – pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[3] da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[4], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 18 de setembro de 2018.

JERSON DOMINGOS
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

SMSC

[3] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.

[4] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.